



Fonte: www.gazetadigital.com.br

Cidades Sexta, 28 de junho de 2013, 10h28
SAMU

Mauri promete melhorias e servidores do Samu aguardam

Gláucio Nogueira, repórter do GD

Otmar Oliveira



Servidores do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) vão manter as atividades e descartaram, por ora, a paralisação. A decisão foi tomada após reunião com o secretário de Saúde de Mato Grosso, Mauri Rodrigues de Lima, que prometeu soluções para as demandas apresentadas. A crise no serviço atingiu o ponto mais crítico e o diretor do Samu, Daoud Mohd Khamis Jaber, pediu exoneração.

De acordo com a vice-presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e do Meio Ambiente (Sisma-MT), Aparecida Rodrigues,

um grupo irá acompanhar o andamento dos processos relativos às promessas de Rodrigues. “Vamos manter o atendimento à população e verificar o cumprimento dos pontos de acordo. Se nos próximos dias eles não começarem a ser cumpridos, vamos cobrar”.

Sobre a reunião, secretário e grupo de servidores discutiram especificamente cada ponto da pauta de reivindicações. Ficou acertado que os contratos emergenciais serão renovados e, durante a vigência do novo vínculo um processo seletivo será aberto para todos os cargos do Samu. Um novo concurso público não está descartado.

Rodrigues também se comprometeu a acelerar o processo de transferência do serviço para o antigo Hospital Modelo. O espaço terá melhor infraestrutura para o funcionamento do Samu, uma das reclamações dos servidores. As bases serão inspecionadas e a promessa da Secretaria de Estado de Saúde (SES/MT) é a de sanar todos os problemas.

Outro procedimento que será agilizado é a liberação das novas viaturas. Duas estão sendo equipadas e outras estão passando por revisão. A tendência é que os veículos já estejam rodando nos próximos dias, garante a SES.

Rodrigues também lamentou a saída de Daoud e abriu ao grupo de servidores a oportunidade de indicar um novo nome para a coordenação. No entanto, o profissional pode não assumir, uma vez que cabe ao governador Silval Barbosa (PMDB) a palavra final.



Aparecida confirmou que reuniões setoriais serão iniciadas na próxima semana para garantir o andamento do cumprimento de todas as demandas. “Do resultado desses encontros é que vai depender nosso posicionamento. Queremos que estas promessas sejam cumpridas”.

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Cidades

Sexta, 28 de junho de 2013, 00h00

SAMU

Profissionais ameaçam parar

[Lisânia Ghisi](#) / Da Redação

Materiais descartáveis sendo reutilizados, ambulâncias sucateadas, contratos de serviços e de profissionais vencidos, além da falta de manutenção no prédio que comporta a sede do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) são alguns dos problemas enfrentados diariamente pelos médicos, enfermeiros, técnicos e condutores socorristas que atuam em Cuiabá e região. Devido aos caos no setor, os profissionais ameaçam paralisar as atividades. Na tarde desta quarta-feira (26), por exemplo, o diretor-geral do serviço em Mato Grosso, Daud Mohd Khamis Jaber, pediu exoneração...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Cidades

Sexta, 28 de junho de 2013, 00h00

VOTO DE CONFIANÇA

Metropolitano volta a atender

[Lisânia Ghisi](#) / Da Redação

Os atendimentos no Hospital Metropolitano de Várzea Grande foram normalizados nesta quinta-feira (27), mas os profissionais ainda mantêm estado de greve. A decisão pelo retorno às atividades se deu durante assembleia geral, realizada na noite de quarta-feira (26), após a Secretaria Estadual de Saúde (SES/MT) encaminhar documento à diretoria da unidade informando o pagamento de parte dos repasses atrasados. Os profissionais paralisaram as



atividades no último dia 20 de junho. Atualmente, o Instituto Pernambucano de Assistência Social (Ipas) gerencia o local...

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Política Quinta, 27 de junho de 2013, 18h20

DIVERGÊNCIAS

Vereador sugere que VG 'tome' o Hospital Metropolitano do Estado

Wellington Sabino, repórter do GD

Divulgação



Da base do prefeito Wallace, vereador Miguel Barcat detona gestão de Silval na saúde e quer 'tomar' o Hospital Metropolitano do Estado

O fechamento do Hospital Metropolitano de Várzea Grande por 6 dias, ocasionado pelo atraso de salários dos médicos que deixaram de atender na última sexta-feira (21), foi tema de questionamentos na Câmara Municipal de Várzea Grande. O vereador Miguel Barcat Neto (PT) criticou o governo do Estado que terceirizou a gestão da unidade para o Instituto Pernambucano de Assistência Social (Ipas) e sugeriu até a possibilidade de o município de “tomar” de volta a unidade, que foi cedida ao Estado, que por sua vez, contratou a Organização Social de Saúde (OSS) para administrar. Agora o Ipas alega que o Estado deixou de honrar com os pagamentos em dia.

Após os 6 dias sem atendimento na unidade, a Secretaria Estadual de Saúde (SES) anunciou

na manhã desta quinta-feira (27) a [reabertura do Metropolitano](#), pois os médicos aceitaram voltar ao trabalho.

Apesar de integrar a base de apoio do prefeito Wallace Guimarães (PMDB) que é da mesma sigla do governador Silval Barbosa, o parlamentar de primeiro mandato, não poupou críticas ao governo peemedebista. “Sugiro que a gente se una para tentar trazer o Metropolitano de volta ao município para ser administrado pela Secretaria Municipal de Saúde. Acho que resolveria muito os problemas que estão ocorrendo hoje”, cutucou Barcat. “Não é possível Várzea Grande continuar como está”, emendou ele.

Ainda na tribuna, durante a sessão noturna desta quarta-feira (26), Miguel Barcat chegou a pedir apoio dos demais colegas de parlamento para discutirem a possibilidade de revogação



da doação feita ao Estado. “Acho inadmissível isso acontecer e a gente não fazer nada”, desafiou o petista.

Quem aproveitou a deixa e pediu um aparte para criticar o governo do Estado e o descaso na área da saúde pública foi o vereador Pery Taborelli da Silva Filho (PV) que é oposição no Legislativo Varzea-grandense. “Tem pouco mais de um ano de funcionamento e o Hospital Metropolitano já está na UTI. Está prestes a morrer, tudo por causa de má gestão. O povo está morrendo por falta de saúde enquanto no ano passado o governo do Estado repassou R\$ 78 milhões para a Assembleia Legislativa alegando excesso de arrecadação”, disse Taborelli que também alfinetou o prefeito Wallace Guimarães. “Esse prefeito está só usurpando o município e não resolve nada, principalmente na área da saúde”.

Fechamento do Hospital Metropolitano por 6 dias provocou bate-boca entre vereadores de VG Por outro lado, Baracat elogiou o “ótimo atendimento no Centro de Especialidades Médicas, popularmente conhecido como Postão e sob responsabilidade do município. Disse que foi ao local e constatou a qualidade dos serviços oferecidos. Foi rebatido pelo vereador Wanderley Cerqueira (PSD) que provocou: “O senhor só foi bem atendido porque é vereador e o administrador de lá do Postão é o Mamão do PMDB”. Antes mesmo que Miguel Baracat usasse a “tréplica”, outra parlamentar entrou no meio e fez sua defesa. “Eu trabalho lá e posso afirmar que todos são bem atendidos independente de ser vereador ou não. O senhor não sabe o que está falando”, retrucou Miriam de Fátima Pinheiro (PHS) contra Cerqueira.

Metropolitano

O Hospital Metropolitano de Várzea Grande foi inaugurado no dia 2 de agosto de 2011 sendo a primeira unidade de saúde de Mato Grosso a funcionar por gerenciamento da uma Organização Social de Saúde (OSS), gestão polêmica implantada pelo então secretário de Saúde, Pedro Henry com aval do governador Silval Barbosa. Na época, a promessa era que o hospital se tornasse referência para os serviços de cirurgias gerais, traumatologia e ortopedia, além de ofertar serviços de imagem. Foi colocado como meta ao Ipas executar cerca de 500 cirurgias ao mês, 900 exames de imagem e 3,5 mil raio-x, incluindo atendimento ambulatorial. Mas esse número de atendimentos caiu ao longo desse 1 ano e 10 meses de funcionamento.

O Hospital Metropolitano foi construído com recursos da prefeitura de Várzea Grande num terreno cedido pelo Centro Universitário (Univag) com intuito de servir como unidade de ensino e pesquisa para a universidade localizada ao lado do hospital. Apesar disso, a administração do hospital ficou por conta do Estado que terceirizou para o Ipas.

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Política Sexta, 28 de junho de 2013, 08h22

déficit

Projeto inclui busca por UTIs no sistema de regulamentação

Redação do GD

Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) apontam que, para cada um milhão de habitantes, deveriam estar disponíveis 330 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Em Mato Grosso, estado com uma população superior a três milhões, existem pouco mais de 230 leitos desta especialidade, déficit que têm causado a judicialização do atendimento público de emergência.

Para amenizar os problemas dos clientes do Sistema Único de Saúde (SUS), os deputados Dilmar Dal’Bosco (DEM) e José Domingos Fraga (PSD) apresentaram projeto de lei que regulamenta a contratação de serviços de UTI em hospitais da rede particular.

De acordo com Dilmar, a norma permitirá a busca automática por UTIs na rede privada nos casos em que for comprovado que os hospitais públicos não têm disponibilidade de leitos. Antes disso, no entanto, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) deverá recorrer as entidades filantrópicas, para, enfim, contratar hospitais particulares.

“Constitucionalmente o Estado é o grande responsável por fornecer saúde pública, no entanto, em Mato Grosso, a falta de investimentos e de direcionamento dos recursos têm acometido inúmeras famílias, e estamos buscando mecanismos para remediar esse quadro lastimável”, observou Dal’Bosco.

O deputado democrata ressalta que a proposta foi apresentada pelo promotor de justiça do município de Nova Mutum, Leandro Volochko, durante audiência pública realizada naquele município em 27 de maio deste ano. Na oportunidade, o membro do Ministério Público solicitou a criação de uma norma que inserisse no Sistema de Regulamentação do Estado a busca automática por leitos de UTI nos hospitais privados na ausência de uma vaga pública.

“Não é possível que tenhamos que empurrar o nosso cidadão a bater as portas do judiciário para que consiga aquela vaga que muitas vezes existia em uma unidade privada no momento em que foi solicitada. Por mais que o nosso Poder Judiciário sempre aja de maneira rápida, algumas horas para os pacientes em situação de emergência podem significar a vida ou a morte”, defendeu.

A nova regra responsabilizará criminalmente, civil e administrativamente o gestor público, por omissão, sendo este enquadrado nos termos dos artigos 148 a 153 da Lei Complementar nº 4, de 15 de outubro de 1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das autarquias e das fundações públicas estaduais. (Ascom AL)



Fonte: www.gazetadigital.com.br

Política Sexta, 28 de junho de 2013, 00h00

QUEM TEM RAZÃO?

Mauro insiste na mudança de local da UPA do Pascoal

[Sissy Cambuim](#) / Da Redação

Mesmo após a reunião do Conselho Municipal de Saúde (CMS) homologar a manutenção e retomada das obras na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no bairro Pascoal Ramos, o prefeito Mauro Mendes (PSB) afirmou que a melhor opção é a mudança de local...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Cidades

Sexta, 28 de junho de 2013, 09h59

SUPERBACTÉRIA

UTI do hospital de Sorriso é fechada para desinfecção

Redação do GD/Só Notícias

Arquivo Subiu para seis o número de casos confirmados de pacientes infectados com a superbactéria acinetobacter, no Hospital Regional de Sorriso (420 km ao Norte de Cuiabá). A assessoria da unidade informou, que dos oito casos que estavam sob investigação, de paciente da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), um foi confirmado, outros três continuam sendo apurados e quatro, descartados. Na quarta-feira (26), a médica infectologista Ana Paula Jorge Fernandes já havia confirmado a existência de cinco casos.

Todos os pacientes estão recebendo o devido tratamento e não há risco de morte, segundo a assessoria. A UTI foi fechada e passará por um procedimento de desinfecção. Todo o local será esterilizado, desde os equipamentos médicos até as paredes e o teto. Ainda não há prazo para que este procedimento termine. No entanto, a equipe encarregada por este trabalho acredita que até a próxima semana, tudo esteja pronto.



O trabalho será dividido em duas fases. Ou seja, primeiro se esteriliza um lado e, posteriormente, o outro. Os pacientes que estão na unidade continuarão lá. Está sendo feito o controle em todos os pacientes no local para que a superbactéria não se prolifere.

Enquanto isso, nenhum paciente será aceito. Caso seja necessário a internação de alguém em UTI do hospital, o paciente será encaminhado para outra unidade da região que disponibilize o atendimento especializado ou mesmo para Cuiabá e Várzea Grande.

A superbactéria é resistente a antibióticos e pode se espalhar rapidamente comprometendo a saúde pública. Várias espécies de bactérias apresentam essa característica de transformação que pode culminar em uma superbactéria resistente a medicamentos.

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Nacional Sexta, 28 de junho de 2013, 14h30

obrigatório

SUS vai registrar casos de agressão por homofobia

Redação do R7

O Ministério da Saúde vai tornar obrigatório o registro dos casos de violência por homofobia atendidos na rede pública de saúde. A iniciativa será aplicada a partir de agosto aos Estados de Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e, em janeiro do próximo ano, será estendida ao restante do País.

O anúncio da obrigatoriedade ocorreu nesta quinta-feira (27) durante o lançamento do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (Sistema Nacional LGBT), pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Na ocasião também foi apresentado Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil em 2012.

O ministro da Saúde Alexandre Padilha considera que a obrigatoriedade da notificação será uma ferramenta importante de promoção e de garantia de direitos à comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Segundo ele, o preenchimento de um formulário pelo profissional que realizou o atendimento vai tornar visível a dimensão real do problema da homofobia.

— É fundamental conhecer a magnitude das violências que acometem esta população, identificando quem são as vítimas, quais os principais tipos de violências, locais de ocorrência, a motivação, a oportunidade do uso do nome social, dentre outras informações.



Ele explicou que este conhecimento vai servir para a formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento às violências homofóbicas e políticas públicas de atenção e proteção à população LGBT.

O Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) já registra os atendimentos de violência contra mulheres, idosos, crianças e adolescentes, fornecendo subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área.

Para o secretário de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa, O enfrentamento à violência requer a ação conjunta de diversos setores: saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social.

— O SUS vai fornecer dados seguros para que sejam formuladas políticas públicas eficientes, preservando a integridade desta população.

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Cidades

Sexta, 28 de junho de 2013, 00h00

REDES SOCIAIS

Policial oferece cura da Aids

[Gláucio Nogueira](#) / Da Redação

Um policial reformado de 51 anos, morador de Várzea Grande, tem usado as redes sociais para comercializar um produto que supostamente curaria pessoas portadoras do vírus HIV, causador da Aids. Dizendo se tratar de uma essência secreta, Levi Nobre garante a total recuperação em apenas uma semana. Médicos alertam que este tipo de tratamento, em detrimento ao coquetel de medicamentos fornecido gratuitamente, pode agravar o quadro de pacientes e, em alguns casos, reduzir a sobrevida causando a morte...

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Cidades

Sexta, 28 de junho de 2013, 00h00

CÓDIGO PENAL



Ação configura charlatanismo

Da Redação

Anunciar a cura de doenças por método infalível, caso do policial reformado Levi Nobre, 51, que afirma eliminar a doença em portadores do vírus HIV, em tese, se configura em crime de charlatanismo. É o que explica a Polícia Civil, que já tem ciência do caso. A pena prevista, em caso de condenação, para este tipo de crime varia entre 3 meses e 1 ano de prisão, além do pagamento de multa...

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Cidades

Quinta, 27 de junho de 2013, 18h00

EM ÁGUA BOA

Liminar obriga Estado a fornecer medicamentos a pacientes

Redação do GD

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Promotoria de Justiça de Água Boa, obteve liminar que obriga o Estado a fornecer, no prazo de 72 horas, medicamentos para 48 pacientes que tiveram o tratamento interrompido por falta da medicação necessária. O grupo inclui idosos, crianças e jovens que possuem enfermidades graves, relacionadas principalmente a doenças degenerativas, respiratórias e distúrbios cerebrais.

De acordo com a decisão, caso o Estado não cumpra a medida, a cada paciente será aplicada multa diária no valor de R\$ 2 mil, até o montante de R\$ 20 mil. Segundo o promotor de Justiça Francisco Gomes de Souza Junior, a demora na disponibilização dos medicamentos tem sido rotina em Água Boa. Alguns pacientes já estão sem remédio há meses, outros estão na iminência de ficar sem o tratamento devido ao repasse irregular por parte do Estado.

“O descumprimento das atribuições do Estado em promover o repasse dos medicamentos está conferindo sérios prejuízos aos usuários da rede pública de saúde local, de igual modo, constituindo fator decisivo de sérias e constantes reclamações dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) deste município”, afirmou o promotor de Justiça em um trecho da ação.

Segundo ele, diante da omissão do Estado no exercício de suas atribuições inerentes à assistência farmacêutica, o município de Água Boa tem sido obrigado a adquirir medicamentos de atribuição do gestor estadual em virtude de ações individuais propostas pelos pacientes. “Sendo o município compelido a essa aquisição, valores do orçamento



municipal da saúde que, a princípio, teriam destinações específicas no fomento da política de saúde pública nas suas diversas vertentes, em especial na implementação da farmácia básica, são remanejados para assunção de obrigações do Estado”, afirmou.

O promotor de Justiça explicou que o fornecimento dos medicamentos pleiteados na ação está regulado nas disposições das Portarias 2.981/2009, do Ministério da Saúde, e 172/2010 da Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso. (*Ascom*)

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Sexta feira, 28 de junho de 2013

Edição nº 14634 28/06/2013

UPA PASCOAL RAMOS

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Mendes define por nova área e espera apoio de Conselho

Da Reportagem

O prefeito de Cuiabá Mauro Mendes (PSB) aguarda apenas o aval do Ministério da Saúde para iniciar a construção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da região sul na Avenida das Torres. Para o socialista, esta localização é de melhor acesso do que a originalmente escolhida, no bairro Pascoal Ramos.

“Estou absolutamente convencido de que dois mais dois são quatro e que a melhor localização é na Avenida das Torres”, enfatiza.

Para realizar a transferência, entretanto, além da autorização do governo federal, Mendes precisa do apoio do Conselho Municipal de Saúde, que na última terça-feira (25) votou pela permanência da unidade no terreno escolhido no início do processo.

Dos 21 membros do Conselho, apenas dois foram a favor da mudança. O socialista, por sua vez, garante que vai realizar um novo estudo técnico na área original.

De acordo com Mendes, o terreno antigo é de difícil acesso, apresenta problemas com o solo e ainda fica próxima de outra unidade: a Policlínica da região. “Não podemos colocar duas unidades de saúde uma do lado da outra. Teríamos que desativar uma delas”.

A UPA deveria ter sido entregue no final do ano passado. Até o momento, no entanto, sua construção sequer foi iniciada. Com o atraso, a unidade perde R\$ 500 mil por mês, que seriam transferidos pelo governo federal para sua manutenção.

O atraso é uma das principais preocupações do promotor de Justiça Alexandre Guedes, que visitou o terreno na última quarta-feira (26). Diante da polêmica sobre a transferência, o Ministério Público instaurou investigação com o intuito de descartar irregularidades.

Guedes afirma que vai cobrar celeridade, pois “a construção efetivamente ainda não foi feita e a



Promotoria está empenhada nisso, porque obra parada é serviço malprestado”.

Os gastos com desapropriação e terraplanagem que já foram feitos no Pascoal Ramos também serão investigados. “Encaminharemos cópias para a promotoria do patrimônio público e, se for o caso, para o Tribunal de Contas”, frisa o promotor.

NOVAS UNIDADES – Outras duas UPAS serão construídas na Capital para atender as regiões Leste e Oeste. As obras devem iniciar este ano. Mendes aguarda apenas a convocação do Ministério da Saúde para assinatura do convênio.

Elas serão construídas no bairro Verdão e paralelo à Avenida Archimedes Pereira Lima. “Só falta a assinatura do convênio que deve acontecer neste próximo mês”. (KA)

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Sexta feira, 28 de junho de 2013 Edição nº 14634 28/06/2013

Sesi rebate acusação de envolvimento

Da Reportagem

Apontado no relatório paralelo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MT saúde, elaborado pela deputada estadual Luciane Bezerra (PSB), o Serviço Social da Indústria (Sesi-MT) emitiu nota rebatendo as acusações de ser um dos responsáveis pelo desvio de R\$ 25 milhões do plano de saúde dos servidores estaduais.

A entidade afirma que prestou serviço para o MT Saúde, mediante processo licitatório realizado em 2004, e que só interrompeu as atividades, em dezembro de 2005, porque o instituto não pôde arcar com a manutenção dos contratos.

“Após esses distratos, restou na relação Sesi-MT e MT Saúde um saldo remanescente referente a valores contratuais que não foram pagos pelo MT Saúde”, diz trecho da nota.

Diante da situação, a empresa afirma que ingressou com uma ação judicial de cobrança das obrigações contratuais assumidas pelo instituto. Tal processo tem, segundo o Sesi-MT, o intuito de receber os pagamentos pelos serviços efetivamente executados até a data de quebra de contrato.

Ainda segundo a empresa, a questão tramita na Quinta Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá.

Conforme o relatório elaborado por Luciane, 18 pessoas e duas empresas seriam as responsáveis pelo suposto desvio de R\$ 25 milhões do MT Saúde. Além do Sesi, a Tempo CRC foi apontada. Já os nomes das pessoas não foram divulgados pela socialista.

Entre os supostos crimes cometidos estão fraude em contratos, ausência de licitação e desvio de verba pública. Luciane diz ainda que outras eventuais irregularidades podem ter resultado no desvio de outros R\$ 43 milhões, mas não há documentos que comprovem isto.



Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / IMPASSE NA SAÚDE

27.06.2013 | 14h55 - Atualizado em 27.06.2013 | 17h11
Tamanho do texto A- A+

Conselho de Saúde vota pela construção da UPA do Pascoal Ramos

A Prefeitura de Cuiabá quer que unidade seja construída na av. das Torres

Reprodução

Clique para ampliar 



UPA: a Prefeitura alega que o terreno é inadequado

DA REDAÇÃO

O Conselho Municipal de Saúde votou pela manutenção da Unidade de Pronto-Atendimento (UPA), no bairro Pascoal Ramos, em Cuiabá, e exige a imediata retomada da obra por parte da Prefeitura do município.

O estudo foi realizado pela Defensoria Pública de Mato Grosso. Há cerca de três meses, o Poder Executivo paralisou a construção da UPA, sob a alegação de que o terreno escolhido na gestão do ex-prefeito Chico Galindo (PTB) é impróprio para abrigar a unidade. A Prefeitura quer mudar o local para a Avenida das Torres, no bairro Osmar Cabral.

Além de estudos técnicos na área de engenharia que constataram adequação do local para a construção, a Defensoria, por meio da defensora pública Fernanda Maria Cícero de Sá Soares, alega que o principal argumento para manter a unidade de saúde no Pascoal Ramos é o dinheiro público já investido.



Cerca de R\$ 700 mil foram aplicados na construção, entre projeto técnico, desapropriação da área e terraplanagem.

Na reunião do CMS, na tarde de terça-feira (25), a defensora pública reafirmou o estudo feito pela Defensoria de viabilidade da área, que abriga nas proximidades uma escola, uma creche, uma unidade de saúde, entre outras edificações.

Argumentações

Os secretários de Obras e de Saúde de Cuiabá, respectivamente Marcelo Oliveira e Kamil Fares, também apresentaram argumentações para uma possível transferência da UPA. O primeiro, como engenheiro, alegou problemas na compactação da área e que serão necessários um montante maior de recursos públicos para deixar o local adequado à construção.

No entanto, pareceres técnicos do Crea e da Defensoria Pública atestam que a propriedade é adequada para construir a UPA e que a prefeitura pagou para fazer os serviços de drenagem. Já Kamil Fares disse que o custo da unidade de saúde será infinitamente maior, pois também observa a necessidade de adequações no terreno.

Além de apresentar o estudo feito pela instituição, Fernanda Soares destacou que a Defensoria não é um órgão político e sim de defesa da sociedade. Alertou ainda que foi procurada pela população local com um abaixo assinado com mais de 40 mil assinaturas.

A defensora disse ainda que o estudo da Defensoria foi encaminhado ao Ministério da Saúde para adotar as providências. Por outro lado, ela também alega falta de informações por parte da Prefeitura sobre a destinação de valores suplementados para a obra.

Outro lado

Por meio de nota, a assessoria de imprensa da Prefeitura de Cuiabá informou que, na retomada da obra, vai levar em consideração a recomendação feita pelo Conselho Municipal de Saúde e que uma nova análise da área será feita em conjunto com técnicos do Ministério da Saúde.

A nota ressalta ainda que, como a UPA tem a capacidade de atender uma região populacional com até 250 mil habitantes, e por se tratar de equipamento com recursos em sua maior parte advinda do Governo Federal, a escolha do local e o projeto estrutural passam pela chancela da União.



Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / **Política MT**

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A A A](#)

28/06/2013 - 08:31

Taques referenda 'voto em separado' de Luciane para CPI do MT Saúde: "Tem que mandar para o MPE"

Da Redação - Laura Petraglia

O senador Pedro Taques (PDT) referendou a atitude da deputada Luciane Bezerra (PSB) em apresentar seu 'voto em separado' na CPI do MT Saúde que investiga supostos desvios e ingerências cometidas na administração do plano. Segundo ele, a parlamentar deve enviar o documento o quanto antes ao Ministério Público Estadual.

"A Luciane não é vaquinha de presépio, nem figura decorativa nesta CPI. Ela é uma parlamentar atuante e a atitude foi correta. Enquanto membro da CPI do Cachoeira também apresentei voto em separado", revela.

Voto 'em separado' com lista de suspeitos pelo rombo no MT Saúde vaza; 2 ex-secretários e ex-gestores no meio Relatório da CPI do MT Saúde elaborado por Pinheiro poupa governo; Luciane promete apontar culpados pelo caos

No caso do voto em separado, o relator – deputado Emanuel Pinheiro (PR)- pode até não anexar os adendos pedidos pelo parlamentar ao relatório final da CPI, mas é obrigado a enviar o voto junto ao Ministério Público Estadual.

No relatório de Luciane ela pede o indiciamento de 18 pessoas físicas e mais duas empresas. Na lista estão o ex-secretários de estado Yuri Bastos Jorge (Turismo, Secopa, MT Saúde) e Cesar Zílio (Administração), bem como os ex-gestores do plano Augusto Carlos Patti do Amaral, Maximilliam Mayolino Leão e Gelson Esio Smorcinski.

Além dos ex-gestores constam do relatório os nomes de Edson Vitor Alexis de Mello, Hilton Paes de Barros, Marcelo Marcos dos Santos, José de Jesus Nunes Cordeiro, João Enoque Caldeira da Silva, Washington Luis da Cruz, Auro Guilherme Matos Ulisséa, Sidnei Storch Dutra, Antônio Carlos Barbosa, Elenilda Pereira da Silva, José de Jesus, *Um diretor do Sesi, *Um dos sócios da CRC-Connect Med.



Luciane pede em seu voto que tanto Cesar Zílio (PR), Gelson Esio Smorcinski, Yuri Bastos e os demais citados respondam pelos crimes de fraude processual, de dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade, por patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário, admitir licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo, dentre outros crimes.

Dentre as supostas irregularidades cometidas por essas pessoas e empresas citadas por Luciane estão contratos irregulares, compras sem licitação e supostos desvios que acarretam em um rombo de no mínimo R\$ 25 milhões, fora os R\$ 43 milhões que foram pagos às redes credenciadas onde, segundo ela, não há como estimar se houve desvio e de quanto.

Fonte: www.rdnews.com.br

[RONDONÓPOLIS](#) | 28/06/2013 - 12:23

Após redução, Rondonópolis tenta readequar valor aplicado na saúde

Rossana Gasparini, de Rondonópolis

Secretária Marilde Ferreira tenta reverter situação

O Secretário de Receita de Rondonópolis Jamilio Adozino de Souza afirmou que os valores dos cortes feitos pelo Governo do Estado para a área da saúde na cidade vão ter de ser diluídos ao longo deste ano e o Executivo terá que arcar com todos os gastos. Por lei, para a área da saúde, é preciso destinar pelo menos 15% do orçamento.

Jamilio garante que em 2013, já foi investido pouco mais do que este percentual. Os repasses para a área que deveriam girar em torno de R\$ 13 milhões, já chegaram a R\$ 18,9 milhões, por conta de contratações de mais funcionários que tiveram de ser realizadas, como médicos, por exemplo, para suprir a demanda.

No município de Rondonópolis, a redução feita pelo governo do Estado na área da saúde chegou a mais de 26%, sendo que para as áreas de alta e média complexidade foi de mais de 19% e para a atenção básica de quase 58%. A grande questão é





que Rondonópolis é responsável hoje, nas áreas de alta e média complexidade, por 18 municípios da Região Sul.

Segundo a secretária de Saúde, Marilde Ferreira, por enquanto, todos os orçamentos estão dentro do planejamento, mas, em alguns meses, os repasses vão fazer falta. Por isso, a Prefeitura está trabalhando para reverter a situação. “Essa é uma questão mais política do que técnica. Vamos ter de ter apoio da Assembleia para reverter essa situação. Provavelmente, eles terão de revogar a lei que reduziu os repasses, o que não vai ser tarefa fácil. Mas estamos participando de várias reuniões e articulando ações para chegar a um consenso”, explicou

Para Jamilio, se os repasses não voltarem a ser feitos como era antes, será necessário remanejar recursos. “Vamos remanejar, mas haverá um estudo para verificarmos de onde será tirada a verba”, explicou. Marildes disse ainda que, além do remanejamento, também há outras alternativas, como emendas parlamentares e um remanejamento do próprio orçamento da secretaria de Saúde.

Outros gastos



Na área da educação, Rondonópolis ainda não atingiu o percentual estipulado por lei, que é de 25% em investimentos. Até o momento, foram investidos R\$ 19 milhões, valor ainda abaixo do previsto. Jamilio explicou que o município ainda vai investir mais na área para chegar à quantia desejada, a fim de que a Prefeitura não tenha problemas com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) quando tiver de prestar contas.

A Prefeitura de Rondonópolis tem gastado cerca de R\$ 53,4 milhões com a folha de pagamento dos funcionários do governo municipal. Os dados foram apresentados durante a prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2013. Este valor representa 43,2% da quantia arrecada pela Prefeitura até o momento por meio de impostos municipais e transferências dos governos estadual e federal, que deu um total de R\$ 123,4 milhões. O valor da folha de pagamento é bem maior do que os valores investidos até agora em educação e saúde.

Em relação aos altos valores da folha de pagamento, o secretário de Receita explicou que tudo está dentro do previsto. “Nossa folha de pagamento pode chegar até 51% do orçamento e ainda estamos com 43%. Tivemos um acréscimo no início deste ano por conta da contratação de mais médicos para a área da saúde e também de mais profissionais da educação, por conta das novas escolas que foram inauguradas. Mas não há com o que se preocupar, pois estamos dentro dos padrões”, explicou Jamilio.

Governo reduz repasses da saúde e prejudica atendimento em Rondonópolis